

Evento: XXIV Jornada de Pesquisa

**A INFLUÊNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA AGRICULTURA FAMILIAR
DO MUNICÍPIO DE PALMITINHO/RS.¹**
**THE INFLUENCE OF PUBLIC POLICIES ON FAMILY FARMING IN THE
CITY OF PALMITINHO / RS.**

**Josiele Maria Fão², Fabiana Zanardi³, Diziane Inêz De Lima⁴, Romualdo
Kohler⁵**

¹ Projeto de pesquisa realizado no curso de Mestrado em Desenvolvimento Regional UNIJUI

² Mestranda em Desenvolvimento Regional UNIJUI

³ Mestranda em Desenvolvimento Regional UNIJUI

⁴ Mestranda em Desenvolvimento Regional UNIJUI

⁵ Pesquisador na área do Planejamento Urbano e Regional, enfoque em economia de municípios e repercussões de políticas públicas no local. Professor Permanente no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Desenvolvimento Regional - Mestrado e Doutorado - DACEC - UNIJUI.

RESUMO

O presente buscou realizar uma análise da presença das políticas públicas na agricultura familiar no município de Palmitinho/RS, possibilitando uma análise da sua contribuição para o desenvolvimento local. Para isso realizou-se uma pesquisa bibliográfica com assuntos relacionados a agricultura familiar e as principais políticas públicas voltadas a esse meio, foi realizado ainda um estudo documental com o levantamento de dados disponibilizados pela Prefeitura Municipal, Secretaria Municipal de Agricultura, Secretaria Municipal de Educação, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Palmitinho e EMATER Palmitinho. Diante dos dados analisados pode-se observar a relevância que a agricultura familiar tem na economia do município de Palmitinho/RS. Além disso, a representatividade das entidades que auxiliam o agricultor rural a ter acesso e informações referente as políticas públicas é indiscutível. A relação de confiabilidade desenvolvida entre a Secretaria Municipal de Agricultura, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e a EMATER junto aos produtores rurais familiares é fundamental para que os mesmos busquem as informações e o direcionamento desses entes para acessar as políticas públicas. Como sugestão, este estudo salienta a importância de sistemas de controles nessas entidades, permitindo uma maior transparência de informações e um controle dos resultados das atividades desenvolvidas junto a agricultura familiar.

PALAVRAS-CHAVE: Agricultura familiar. Políticas públicas. Desenvolvimento.

ABSTRACT

The present study sought to analyze the presence of public policies in family agriculture in the municipality of Palmitinho / RS, making possible an analysis of their contribution to local development. For this, a bibliographic research was carried out with subjects related to family

Evento: XXIV Jornada de Pesquisa

agriculture and the main public policies aimed at this environment, a documentary study was carried out with the data collection made available by the City Hall, Municipal Secretary of Agriculture, Municipal Secretary of Education, Union of Rural Workers of Palmitinho and EMATER Palmitinho. Considering the data analyzed, it is possible to observe the relevance that family agriculture has in the economy of the municipality of Palmitinho / RS. In addition, the representativeness of the entities that help the rural farmer to have access and information regarding public policies is indisputable. The trust relationship developed between the Municipal Department of Agriculture, the Union of Rural Workers and EMATER with the rural family farmers is fundamental for them to seek the information and direction of these entities to access public policies. As a suggestion, this study emphasizes the importance of control systems in these entities, allowing a greater transparency of information and a control of the results of the activities developed with family agriculture.

KEY WORDS: Family farming. Public policy. Developmen.

1 INTRODUÇÃO

O desenvolvimento de uma região está atrelado diretamente ao tipo de economia que essa localidade possui. Cada região possui um tipo de vocação do que produzir e historicamente isso vem se fortalecendo. Os municípios da microrregião do Médio Alto Uruguai são basicamente agrícolas. Desse modo, pode-se dizer que quando a agricultura apresenta bons resultados, a microrregião apresenta evolução econômico, o que é um dos fatores que compõem o desenvolvimento.

Mesmo sendo evidente a importância da agricultura nesse caso, pode-se dizer que por tratar-se basicamente de agricultura familiar, a produção é em menor escala e fica sujeita as intempéries climáticas e econômicas de modo geral. A agricultura em geral é afetada tanto pela flutuação de preços quanto pelas questões climáticas e biológicas, mas em geral se diz que a agricultura familiar sofre mais pelo fato de ter escala menor e praticamente não ter capital de giro, uma perda de safra ou prejuízo em uma safra com preços baixos pode significar falência da propriedade e saída da família do meio rural, pois as pessoas em geral não têm outro meio de auferir renda. Assim sendo, salienta-se a importância de políticas públicas que venham ao encontro da necessidade dos incentivos desses pequenos agricultores para que sua produção seja mais expressiva ou mesmo se mantenha constante.

O presente trabalho busca realizar uma análise da presença das políticas públicas na agricultura familiar no município de Palmitinho/RS, possibilitando uma análise de sua relevância para o desenvolvimento rural.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Políticas públicas

As políticas públicas vêm ao encontro das necessidades da população, complementando e

Evento: XXIV Jornada de Pesquisa

incentivando. Na agricultura familiar também existe a necessidade de incentivos e facilitações para o investimento dos pequenos agricultores, visto que o poder de compra não é elevado como o de grandes produtores. Porém, para que a política saia do nível de criação e chegue aos beneficiários, são necessárias parcerias entre os entes federativos e suas organizações. As esferas do governo buscam contribuir para que as situações atuais do cidadão sejam alteradas, apresentando condições de evolução.

Existem diversos entendimentos sobre o conceito de Política. A conceituação mais popular é a de Laswell que afirma que as decisões e análises sobre política pública implicam, em linhas gerais, responder as questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz. (Souza, 2006).

Algumas definições destacam o papel da política pública na solução de problemas, uma Política Pública é uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público. Ela pode ser voltada à atividade ou passividade de alguém, o que decorrer dessa orientação também faz parte da política pública.

As políticas públicas se personificam por meio de programas públicos, projetos, leis, campanhas publicitárias, esclarecimentos públicos, inovações tecnológicas e organizacionais, subsídios governamentais, rotinas administrativas, decisões judiciais, coordenação em rede atores, gasto público direto, contratos com stakeholders dentre outros (SOUZA, 2006).

Conforme Gehlen (2004), alguns exemplos que podem ser citados de políticas públicas e

Políticas Públicas, para Rua (2009, p. 19) “são uma das resultantes da atividade política: compreendem o conjunto das decisões e ações relativas à alocação imperativa de valores envolvendo bens públicos.”

De um modo geral, pode-se dizer que as políticas públicas tratam de um conjunto de programas, ações e atividades desenvolvidas pelo Estado, de forma direta ou indireta, que garante a população direitos básicos. Satisfazem direitos assegurados na constituição, mínimos para que se viva de forma digna e humana. No atual formato econômico que se apresenta o país, essas políticas públicas têm por objetivo diminuir a pobreza e as desigualdades sociais, assegurar o acesso à cidadania e aumentar a participação social de forma democrática.

Para Yasbek (2001), historicamente, as políticas sociais se caracterizavam por pouca efetividade social e por subordinação a interesses econômicos dominantes, revelando incapacidade de interferir no perfil da desigualdade e pobreza que caracteriza a sociedade brasileira. Como citada anteriormente, eram atividades desempenhadas pela sociedade civil e pela Igreja Católica, que desenvolviam situações emergenciais a situações de vulnerabilidade social, pobreza, saúde e educação.

As políticas públicas têm grande influência nos indicadores de desenvolvimento local de uma região. São elas, grandes responsáveis por mudanças significativas da realidade local.

Evento: XXIV Jornada de Pesquisa

2.2.1 Políticas públicas para agricultura familiar

Nas últimas três décadas aconteceram várias alterações sociais no Brasil com relação a políticas públicas essa questão é ainda mais significativa. Pode-se citar que dentre essas mudanças destaca-se os avanços das políticas voltadas a agricultura familiar, uma categoria social e política que passou a ser reconhecida pelo Estado brasileiro em meados de 1990. O reconhecimento concedido a agricultura familiar e a construção de políticas diferenciadas para um amplo grupo social que não era contemplado com ações ganharam grande repercussão (GRISA e SCHNEIDER, 2015)

Verifica-se a partir disso que a agricultura familiar não era tida como categoria com reconhecimento pelo governo como fator de crescimento econômico do país. Após ser evidenciado que a categoria merecia atenção e possuía relevância econômica considerável, foi sendo desenvolvidas ações específicas para que a mesma possuísse condições de desenvolvimento.

Conforme citado por Abramovay e Morello (2010), as mudanças no meio rural permitiram reduzir a pobreza de sua população, melhorar a distribuição de renda e dar início a mudanças de comportamento empresarial no sentido de fazer do bem-estar das pessoas a base da própria vida econômica.

Com o reconhecimento da agricultura familiar como esfera de relevância econômica, a mesma passou a ser vista com outro olhar também por outros setores, não só pelo governamental. A comunidade empresarial também passou a ver na agricultura familiar oportunidade de negócios e investimentos, colaborando assim com o desenvolvimento de maneira forte e em algumas localidades, como maior fator de produção.

Conforme exposto, o reconhecimento da importância da agricultura familiar no país trouxe à tona a necessidade de políticas públicas voltadas a esse setor. Com isso foram criadas também ministérios e secretarias especializadas no setor, corroborando para que o desenvolvimento dessas atividades seja alavancado no país.

Após a identificação das necessidades do setor de produção familiar compõe-se a base de um projeto nacional de desenvolvimento para este segmento rural brasileiro, e pôde-se implementar uma política pública que objetiva o desenvolvimento da agricultura familiar no Brasil. Esta política está amparada na Lei nº 11.326, de 24/07/2006, que estabelece as diretrizes da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Rurais Familiares (JUNQUEIRA E LIMA, 2008).

2.3 Breve caracterização do município de Palmitinho/RS

Caracterizando brevemente a economia do município a ser estudado: pode-se dizer que o município de Palmitinho está situado na Região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, distante 400 km de Porto Alegre, capital do Estado. A população é de 6.920 habitantes, segundo dados do censo IBGE de 2010 (IBGE, 2010), distribuídos em uma área de 144,4 Km², com 3.393 habitantes na zona urbana e 3.527 habitantes na zona rural. Conforme dados publicados (SITAGRO, 2010)

Evento: XXIV Jornada de Pesquisa

são 7 atividades agropecuárias que se destacam no município, correspondendo por 91,56% do total. São elas:

a) Suinocultura em terminação: principal atividade em geração de renda agrícola do município e responsável por uma arrecadação de R\$ 34.444.688,00, o que corresponde 60,89% da arrecadação total.

b) Produção de Milho: responsável por uma arrecadação de R\$ 3.821.436,00, correspondendo a 6,75% da arrecadação total, está presente quase que na totalidade das propriedades rurais do município.

c) Suinocultura em UPL: responsável por uma arrecadação de R\$ 2.956.554,00, correspondendo a 5,23% do total arrecadado.

d) Fumo em folha: responsável por uma arrecadação de R\$ 2.930.204,00, correspondendo a 5,18% do total arrecadado. Estando presente em mais de 340 propriedades.

e) Bovinos de corte: responsável por uma arrecadação de R\$ 2.850.440,00, correspondendo a 5,04% do total arrecadado, sendo uma boa alternativa para a pequena propriedade rural.

f) Aves de corte: responsável por uma arrecadação de R\$ 2.644.989,00, correspondendo a 4,68% do total arrecadado, atualmente o município conta com 46 produtores integrados.

g) Leite: responsável por uma arrecadação de R\$ 2.146.210,00, correspondendo a 3,79% do total arrecadado, com uma produção anual de 3.856.880 litros.

A produção de leite no município e região vem crescendo, impulsionada pela demanda desse produto no mercado interno e pelas instalações de agroindústrias na região. Estando presente em 846 propriedades é uma garantia de renda mensal para as propriedades rurais (Secretaria Municipal de Agricultura de Palmitinho, 2018).

3 METODOLOGIA

O presente estudo será uma pesquisa qualitativa e quantitativa e o desenvolvimento dela será baseado em planejamento e conhecimento previamente existente e integrado com conhecimento científico que foi obtido através da pesquisa bibliográfica. Será realizada também pesquisa documental, utilizando fontes primárias e secundárias.

A pesquisa será realizada com servidores da Secretaria Municipal de Agricultura do município de Palmitinho/RS. Serão também solicitadas informações com entidades como o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Palmitinho/RS e Emater.

A partir dos cadastros de programas existentes na Secretaria, serão levantados dados e indicadores que poderão auxiliar na construção de um perfil dos beneficiários e se existe uma

Evento: XXIV Jornada de Pesquisa

melhoria nas suas atividades desde que começaram a participar dos programas em questão. Posteriormente, será construída uma análise sobre os programas existentes no município de Palmitinho/RS e sobre sua situação socioeconômica, para então verificar se os indicadores apresentam evolução.

Com as informações obtidas a própria Secretaria poderá aperfeiçoar tanto suas políticas públicas como a forma de como estas são aplicadas. A identificação das diferentes necessidades pode acontecer um direcionamento da política pública, verificando a necessidade de abranger mais beneficiários e auxiliar no desenvolvimento da agricultura familiar.

Para realizar a análise da presença das políticas públicas que favorecem a agricultura familiar no município de Palmitinho/RS, será realizada pesquisa documental junto a órgãos como Secretaria Municipal de Agricultura, Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Emater, buscando indicadores que apresentem referência e parâmetros que apresentem um perfil das políticas utilizadas, diante disso pode-se afirmar que a pesquisa é baseada em dados secundários. A partir disso serão identificadas quais políticas serão mais utilizadas no município e acessadas pelos agricultores familiares. Será também realizada uma apuração onde se busca salientar quais as organizações têm mais representatividade na intermediação das políticas aos agricultores familiares do município.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 Contextualização do município de Palmitinho

A agricultura familiar apresenta-se como forte meio de produção e sustentação econômica no município de Palmitinho. A produção de um município está diretamente associada a arrecadação do mesmo, desta forma, é relevante contextualizar alguns itens e seu retorno para o município no período de 2013 a 2015.

Após observar os dados da FEE, observa-se que o percentual de participação na economia do setor agropecuário oscila, e no último ano de análise, em 2015, apresenta um dos menores índices do período apresentado. Salienta-se ainda que as atividades agropecuárias sofrem a interferência das oscilações e intempéries climáticas, o que justifica em parte a variação de produção. Mesmo com as alterações, de percentuais ao longo dos anos, pode-se dizer que a atividade agropecuária é expressiva, tendo em vista que mais de 20% de toda a arrecadação municipal está apoiada nessa atividade.

No entanto, segundo informações da revista Novo Rural (2017), o município de Palmitinho foi o maior produtor de suínos do estado Rio Grande do Sul no ano de 2016. Ser reconhecido como o maior produtor de suínos do estado do Rio Grande do Sul aumenta ainda mais a responsabilidade de toda a cadeia produtiva de Palmitinho. O anúncio de que o município teve em 2016 o maior número de suínos abatidos repercute e mostra outro fator crucial para o desenvolvimento do setor agropecuário, onde pode-se afirmar que crescer requer planejamento e muita ação. Não foram encontrados dados quantitativos para contribuir com a pesquisa.

Evento: XXIV Jornada de Pesquisa

O município tem visivelmente sua economia agrícola baseada na suinocultura, o que apresenta uma arrecadação crescente na maioria dos anos apresentados. A produção de suínos é intensa devido ao fornecimento dos mesmos como matéria-prima para os dois frigoríficos instalados na região.

É pertinente observar o crescimento a contribuição de itens como legumes, fruta e hortaliças, tendo em vista que esses itens têm ganhado mercado, já que a população possui uma inclinação a consumir de forma mais saudável. Esse fator fortalece ainda mais as alternativas da agricultura familiar, que pode alterar os itens produzidos ou mesmo ganhar.

O Setor de Arrecadação de Tributos do município de Palmitinho forneceu os valores de arrecadação municipal no período de 2013 à 2017, pode ser observado a evolução da participação do setor de suínos na economia. Em uma análise direta, pode-se observar que no valor total da arrecadação do setor agrícola, o município aumentou em quatro anos R\$ 41.328.902,47 na arrecadação. Para um município de 6920 pessoas, segundo o último censo (2010), esse valor tem grande relevância no fluxo da economia local.

A evolução de arrecadação pelo município nos itens da agricultura, apesar das dificuldades enfrentadas atualmente no meio rural, a produção tem se mantido em evolução no município. Diante disso, pode se afirmar sobre a relevância de investir e trabalhar as políticas públicas voltadas à agricultura familiar no município e ainda a pertinência desse estudo.

4.2 As ações da agricultura familiar sob a ótica da Secretaria Municipal de Agricultura do município de Palmitinho/RS

O poder público municipal é um dos entes responsáveis pelo acesso dos agricultores as políticas disponibilizadas tanto por governo federal e estadual e ainda são encarregados de algumas ações municipais voltadas ao setor agrícola. Diante disso, foi realizada a busca de informações junto a Secretaria Municipal de Agricultura do município, com o intuito de verificar as ações que o poder público realiza para fomentar a agricultura familiar.

Segundo informações fornecidas pela Secretaria Municipal de Agricultura de Palmitinho, pelo Secretário Municipal da pasta, via e-mail e telefone, onde foram questionados sobre quais políticas voltadas a agricultura familiar eram trabalhadas pelo município. Foi respondido que dentre as atividades desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Agricultura de Palmitinho, existe apenas uma ação designada por política pública devidamente elaborada e sancionada em forma de Lei Municipal. A qual trata-se do incentivo que a administração municipal disponibiliza para a construção de pocilgas e aviários, através da Lei Municipal nº 2387/2013, que concede, sem ônus ao empreendedor, todos os serviços de horas/máquina necessários para a construção de terraplanagens, açudes, e estradas de acesso as propriedades. Para acessar esse benefício basta que o agricultor entre em contato com a Secretaria e agende o serviço, que é atendido conforme ordem de solicitação. A licença ambiental para tais ações é analisada por técnico habilitado da área do poder público municipal.

Evento: XXIV Jornada de Pesquisa

Tendo partido da premissa de dependência de políticas públicas voltadas para agricultura providas por meio da administração municipal, pode-se identificar outras ações sendo desenvolvidas, sendo que grande parte em parceria com outros órgãos ou esferas de governo, onde podem ser citadas:

- Programa Troca-troca de sementes de milho: esta é uma política desenvolvida pelo município, em parceria com a Secretaria Estadual de Agricultura, Pesca e Irrigação do Estado, onde o produtor adquire sementes de milho na condição de efetuar o pagamento ao final da Safra. Nesse sentido, o beneficiário tem a oportunidade de adquirir uma variedade de sementes por um preço subsidiado e com prazo de pagamento mais prolongado.

Desenvolvido pelo município, em parceria com a Secretaria Estadual de Agricultura, Pesca e Irrigação do Estado, o Programa Troca-troca de sementes de milho foi criado em nível de Estado no ano de 1988, onde tem levado ao campo sementes de milho de qualidade, com um rebate médio de 28%, além de permitir ao produtor o pagamento ao final do ano/safra. Para a safra 2018/2019, o Programa vai beneficiar 58.518 agricultores, com 170.220 sacas de milho, distribuídas em municípios de todas as regiões do Estado (Dados fornecidos pelo Município).

No município de Palmitinho, o programa é executado desde o ano 2011 e, nesta safra, serão beneficiados 240 produtores, com a disponibilização de 916 sacas de milho, o que resultará em um volume de recursos de R\$ 175.760,00 (Dados fornecidos pelo Município).

Além de dispor ao produtor sementes com valores subsidiados e com prazo para pagamento, o programa estimula o aumento da produção e da produtividade, gerando desenvolvimento e qualidade de vida aos agricultores, fixando-o no meio rural e garantindo sustentabilidade ao setor.

- Programa de Aquisição de Alimentos: o município de Palmitinho celebrou convênio com o Ministério do Desenvolvimento Social, através da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar, que tem como principal objetivo a aquisição de alimentos produzidos por agricultores familiares do município e repassar gratuitamente para instituições e familiar de baixa renda do município. Através deste programa foram destinados R\$ 88.000,00 no ano de 2017, onde foram adquiridos produtos de 15 propriedades rurais, que beneficiaram mais de 60 famílias e 5 entidades do município;

Celebrado desde o ano de 2012, entre o município de Palmitinho e o Ministério do Desenvolvimento Social, o programa de aquisição de alimentos visa adquirir alimentos produzidos por agricultores familiares do município e repassar gratuitamente para instituições e famílias de baixa renda do município. Através deste programa foram destinados mais de R\$ 88.000,00 no ano de 2018, onde foram adquiridos produtos de 21 propriedades rurais, que beneficiarão aproximadamente 1.060 pessoas, sendo 240 pessoas através do CRAS - Centro de referência em Assistência Social, 305 alunos das Escolas Municipais de Educação Infantil, 143 alunos das Escolas Municipais de Ensino Fundamental, 62 pessoas especiais frequentadoras da APAE, 100 participantes do Grupo de Mulheres, 150 componentes do Grupo Municipal da Melhor Idade, além

Evento: XXIV Jornada de Pesquisa

de 60 jovens carentes que tem acompanhamento especial do município (Dados fornecidos pelo Município).

O PAA não tem tido, nos últimos anos, um aumento relevante na disponibilidade dos recursos, esta estabilidade na quantidade repassada pelo Governo Federal tem dificultado a execução do programa, tendo em vista de que a demanda de pessoas com perspectiva de atendimento tem aumentado significativamente, tanto como parte beneficiada, com a doação dos alimentos, quanto aos produtores que desejam se credenciar como fornecedores (Dados fornecidos pelo Município).

Além da inclusão de pessoas, tanto como produtores, quanto beneficiados, o programa traz como principal benefício o incentivo à diversificação de produção, além de conscientizar produtores da importância de produzir alimentos saudáveis, garantindo assim a segurança alimentar aos consumidores.

- Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE: através de parceria entre Secretaria Municipal de Agricultura e Secretaria Municipal de Educação, estão sendo adquiridos produtos da agricultura familiar para complementar a demanda de alimentação escolar necessária para os alunos da rede municipal. Nesse sentido além dos alunos, produtores rurais também estão sendo beneficiados através da venda dos produtos.

O município de Palmitinho, tem vigente o Programa Nacional de Alimentação Escola - PNAE, em 2018 esse programa atende a seis escolas municipais, do total de sete existentes no município, o que atende mais de mil alunos que frequentam desde as escolas de educação infantil até o ensino fundamental.

Este é um programa com mais de 60 anos de existência, sendo promovido pelo Ministério da Educação, através do FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, atendendo todos os alunos da rede pública de educação básica, contribuindo para a formação de hábitos alimentares saudáveis, por meio da oferta de refeições e de ações de educação alimentar e nutricional (FNDE, 2006).

O PNAE é executado por meio de repasses financeiros da União aos entes federados, em 10 parcelas durante o ano. O critério estabelecido para quantificar os valores por município é calculado com base no Censo Escolar do ano anterior ao do exercício do atendimento, levando-se em consideração o número de alunos, a renda per capita local e os dias letivos do ano. Este programa é fiscalizado por Conselhos Municipais de Alimentação Escolar, Tribunal de Contas da União e Ministério Público. Com o intuito de incluir no processo, como fornecedores, agricultores familiares, as secretarias estaduais e municipais de educação são obrigadas a investir, no mínimo, 30% dos recursos repassados na compra de alimentos diretamente da agricultura familiar, medida esta que além de facilitar a logística de entrega, promove a inclusão de produtores locais e estimula a produção de alimentos, auxiliando no desenvolvimento da comunidade local (FNDE, 2006).

No município de Palmitinho, serão repassadas em 2018, 10 parcelas de R\$ 15.264,20, onde com

Evento: XXIV Jornada de Pesquisa

complementação da Secretaria de Educação Municipal, serão atendidos 700 alunos da rede pública municipal de ensino. Além disto, estão sendo adquiridos, aproximadamente, 35% dos alimentos diretamente da agricultura familiar.

Segundo acesso a dados do SIGPC (Sistema de Gestão de Prestação de Contas) disponibilizado pelo FNDE, os dados da alimentação escolar do município de Palmitinho apresentam um valor total gasto no ano de 2017 de R\$ 133.893,66, onde desse valor foram comprados R\$ 59.374,63 da agricultura familiar, o que em percentual representa 44,35% do valor. Tendo realizado a compra de percentual maior do que o programa solicita, pode-se salientar a relevância dos produtos da agricultura familiar no município.

Conforme dados fornecidos pelo Município, foram contemplados dez produtores familiares rurais que se habilitaram a fornecer esses alimentos após a disposição da lista dos alimentos pelo município.

O item que representa maior valor de compra é o leite integral, que totaliza R\$ 21.000,00 na compra de 6 mil litros. Sendo um item de elevado valor nutricional, o consumo de leite para as crianças em fase de desenvolvimento é essencial. Já o item mais comprado em quantidade são as bananas, que somadas nas duas qualidades compradas, totalizam 2.700 kg, tratando-se de frutas é saudável o incentivo de consumo para manter uma alimentação de qualidade.

No comparativo ao ano de 2017, o ano de 2018, até a data de encerramento dessa pesquisa, que deu-se em outubro de 2018, o município havia comprado R\$ 71.080,50 da agricultura familiar, no entanto, ainda não é possível realizar o cálculo de aumento do percentual, tendo em vista que o ano ainda não foi encerrado e a prestação de contas da merenda escolar ainda não encontra-se disponível no sistema para acesso. Mesmo assim, financeiramente é evidente o aumento de mais de onze mil reais na compra de produtos da agricultura familiar em 2018 quando comparado as compras do ano de 2017.

Os agricultores familiares habilitados ao fornecimento firmam contratos com o município onde se comprometem a fornecer a quantidade de alimentos pelo valor estipulado e o período, às escolas contempladas. Essa ação, além de estimular os produtores rurais a produzirem os itens com mercado consumidor certo para o consumo, estimulam o consumo mais saudável de alimentos pelas crianças em idade de desenvolvimento (FNDE, 2006).

- Assistência técnica: em parceria com a Emater municipal, o setor técnico da secretaria tem acompanhado algumas propriedades rurais em diversas áreas, onde destaca-se o acompanhamento aos produtores de leite. Nesse sentido, periodicamente estão sendo acompanhadas propriedades produtoras de leite com enfoque a Gestão e ao aumento na produtividade através de sistema de produção ao pasto. Também são acompanhados produtores de morangos, hortaliças, tomate, mandioca, derivados de cana, entre outros.

Essa assistência aos agricultores é realizada por meio dos técnicos da Emater, que são 6 servidores alocados no município de Palmitinho, destes dois são engenheiros agrônomos e os

Evento: XXIV Jornada de Pesquisa

outros auxiliam nos projetos de extensão. Estes estão disponíveis para o atendimento diário a todos os agricultores do município. O poder público municipal contribui com o aluguel da sede da Emater no município, que em contrapartida auxilia os produtores rurais em suas demandas.

A disponibilidade de assistência técnica aos produtores rurais tem sido uma das políticas adotadas pelo município que tem apresentado os melhores resultados. Nesse sentido, através do PGS – Programa de Gestão Sustentável, desenvolvido através da parceria entre Emater municipal e Secretaria Municipal de Agricultura, estão sendo atendidas diretamente 39 propriedades rurais, onde o principal objetivo é incentivar a adoção de manejos tecnicamente adequados na produção, além do gerenciamento da propriedade. São várias as áreas atendidas, porém com ênfase maior na produção de leite.

Este programa de assistência técnica iniciou no ano de 2013 e tem apresentado relevantes resultados, principalmente no que refere-se ao aumento da produção. Em 5 anos, as propriedades atendidas na produção de leite apresentaram um aumento de produção médio de 72%. Nesse sentido, com a efetividade do Programa, serão inseridos, como atendidos, mais 15 produtores para o ano de 2019.

Além dos programas citados, a secretaria municipal de agricultura possui um setor operacional composto por máquinas e equipamentos agrícolas que realizam trabalhos em propriedades rurais com preços subsidiados. Nesse sentido dezenas de famílias são beneficiadas anualmente na confecção de silagens, distribuição de adubo orgânico, melhoramento de lavouras através de destques e enleiramentos, entre outros serviços.

Outras parcerias importantes realizadas pela secretaria acontecem através da celebração de convênios que permitem a aquisição de máquinas e equipamentos que são destinados para patrulhas agrícolas. Nesse sentido, hoje o município conta com dezenas de patrulhas distribuídas no interior, que beneficiam grande parte das propriedades rurais.

sentido, através de programas e ações como estas o município tem aumentado significativamente a produção no setor primário, o que consolida o município de Palmitinho como essencialmente agrícola, sendo que somente no setor de integração, que compreende suinocultura e avicultura, obtivemos em 2017 um retorno de 75% e 16%, respectivamente, na produção primária.

4.3 As ações da agricultura familiar sob a ótica do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município de Palmitinho/RS

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais dos municípios são tidos como facilitadores de acesso do agricultor às várias políticas públicas. É lá que agricultor busca informações sobre os programas, como acessá-los e quais os resultados. Diante disso, a acadêmica julgou importante entrar em contato com uma servidora do Sindicato que a partir de uma visita ao estabelecimento forneceu dados para contribuir com os objetivos da pesquisa.

Diante da importância do Sindicato dos Trabalhadores Rurais no meio agrícola dos pequenos

Evento: XXIV Jornada de Pesquisa

municípios, foi realizada uma coleta de dados na instituição a fim de identificar quais ações são mais buscadas pelos agricultores familiares. O Sindicato relata que a maioria das ações consistem no auxílio aos agricultores com orientações de como acessar as políticas públicas voltadas a agricultura familiar. O Sindicato, conforme informação de servidores que forneceram os dados, possui aproximadamente mil e quinhentos associados.

Alguns programas específicos, que o Sindicato aponta como os mais procurados são os programas habitacionais, o Pronaf e o Programa de Crédito Fundiário, esses já caracterizados anteriormente no referencial bibliográfico. O Sindicato relatou ainda sobre alguns outros programas que são requisitados pelos agricultores familiares, esses estão descritos a seguir. Esses programas são ações governamentais, tanto federais quanto estaduais e o Sindicato é o intermediário, fornecendo as informações de como acessá-los.

Proagro Mais: O Proagro Mais consiste em um seguro público que atende os produtores vinculados ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Além de cobrir o financiamento da produção, oferece uma renda para apoiar financeiramente o agricultor até a próxima safra. O Seguro da Agricultura Familiar (SEAF), que garante 100% do valor financiado pelo Pronaf Custeio, mais 65% da receita quando ocorrem perdas maiores que 30% causadas por seca, geada, granizo, chuva excessiva, vendaval, ventos frios, variação excessiva de temperatura e doenças fúngicas ou pragas sem método difundido de combate, controle ou profilaxia (MDA, 2018).

Política de seguro do preço: O Seguro Rural – PSR - Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural Privado consiste no apoio do Governo Federal ao produtor rural para contratação de apólice de seguro rural, por meio de subvenção econômica. Objetiva reduzir o custo de aquisição do seguro (Prêmio), expandir a área agrícola coberta por seguro no país e aumentar o número de usuários do seguro rural. As condições para acesso são: Qualquer produtor rural (pessoa física ou jurídica), desde que sem impedimento em órgãos do Governo Federal (dívidas com a União, autarquias, etc); O produtor não pode ter cobertura do Proagro para a mesma atividade e na mesma área; O produtor deve procurar uma corretora que opere com uma das seguradoras habilitadas pelo MAPA para formalizar a apólice de seguro rural; É permitido a complementação dos valores por subvenções concedidas por estados e municípios. Pode ser acessado a partir de Seguro de danos, onde pode cobrir perdas na produção causadas por fenômenos climáticos adversos não controláveis pelo agricultor ou ainda por meio de Seguro de produtividade ou ainda Seguro de custeio e Seguro de faturamento (MAPA, 2018).

Política Nacional do Meio Ambiente: A finalidade da Política Nacional do Meio Ambiente, prevista no artigo segundo, é a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental. Para isso, a lei considera o meio ambiente como um patrimônio público a ser assegurado e protegido para o uso coletivo. Ela aponta também o princípio de racionalização do uso do solo, o planejamento e fiscalização do uso dos recursos ambientais, a proteção dos ecossistemas e o controle e zoneamento das atividades poluidoras. Além disso, são previstos incentivos à pesquisa e ao estudo para a proteção dos recursos ambientais, o acompanhamento da qualidade ambiental, a

Evento: XXIV Jornada de Pesquisa

recuperação de áreas degradadas, a proteção de áreas ameaçadas de degradação e a educação ambiental. Os objetivos da Política Nacional do Meio Ambiente são: compatibilizar o desenvolvimento econômico e social com a preservação do meio ambiente, definir áreas prioritárias de ação governamental e estabelecer critérios e padrões de qualidade ambiental e de manejo dos recursos ambientais. Outros pontos que a lei aborda são o desenvolvimento de pesquisas e tecnologias para o uso racional dos recursos ambientais, a divulgação de dados e informações a respeito do meio ambiente, além de impor a recuperação e/ou indenização dos danos causados aos recursos ambientais por agentes poluidores ou predadores (Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981).

Previdência Social Rural: A Previdência Social Rural é uma das políticas sociais que se destaca no cenário brasileiro pelo nível de proteção social que assegura aos trabalhadores e trabalhadoras rurais. É uma política também fundamental no processo de distribuição de renda e na melhoria da qualidade de vida de milhares de famílias que vivem no campo, além de potencializar o desenvolvimento socioeconômico da maioria dos municípios brasileiros. Apesar dos impactos positivos que a Previdência Rural representa, milhares de trabalhadores e trabalhadoras rurais ainda encontram enormes dificuldades para terem seus direitos previdenciários reconhecidos devido a informalidade nas relações de trabalho e as exigências de documentos feitas pelo INSS para se comprovar a condição de trabalhador(a) rural (CONTAG, 2018).

Sistema Nacional de Crédito Rural - Troca troca: Instituído pela lei 4.829/65, que tinha por principais objetivos: a) estimular o incremento dos investimentos rurais em armazenagem, industrialização, custeio da produção e comercialização dos produtos agropecuários; b) fortalecer os produtores rurais, notadamente os mini, pequenos e médios; c) incentivar a introdução de métodos racionais de produção, visando o aumento da produtividade, a melhoria do padrão de vida das populações rurais e a adequada defesa do solo; d) incentivar o aumento da produtividade e a modernização da agricultura; e e) garantir maior parcela de recursos financeiros para a agricultura, já que os bancos comerciais privados, sem o apoio de legislação própria, não atendiam satisfatoriamente. O "Troca-troca" começou a ser utilizado no início dos anos 1980 e dispõem sobre a troca de insumos e serviços por produtos agrícolas a serem entregues na época da colheita (ALVES e COTINI, 1992).

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar: foi criado em 1995 pelo governo federal com o objetivo de prestar um atendimento diferenciado aos pequenos agricultores — aqueles cuja produção é resultado de sua própria força de trabalho ou da mão de obra familiar. O intuito desse programa é o fortalecimento das atividades desenvolvidas pelo pequeno agricultor, integrando-o à cadeia do agronegócio por meio da modernização do sistema produtivo. Dessa forma, seu produto passa a contar com um valor agregado, o que, no final, proporcionará um aumento de renda a esse produtor. Essa profissionalização acontece por meio de um financiamento de atividades e serviços — agropecuários ou não — desenvolvidos em propriedade rural ou em áreas comunitárias próximas. O programa conta com as menores taxas de juros para financiamento rural do mercado (MDA, 2018).

Evento: XXIV Jornada de Pesquisa

Esse programa é mais acessado pelos agricultores a partir das cooperativas de crédito. Essas cooperativas fornecem todas as informações aos agricultores cooperados e os auxiliam nos procedimentos necessários para o acesso. Mesmo assim, vários agricultores tem o primeiro contato com as especificações do programa a partir de contato com o Sindicato ou mesmo com a Emater, que são entidades que estão mais próximas a eles ao longo de seu cotidiano.

Pode-se observar que a grande contribuição do Sindicato dos Trabalhadores Rurais no município de Palmitinho, consistem na prestação de informações quanto as Políticas Públicas existentes e suas funcionalidades e na facilitação do acesso às essas políticas. Essas ações são de grande relevância, pois a falta dela resultaria num menor acesso do agricultor familiar a essas políticas.

4.4 As ações da agricultura familiar sob a ótica da EMATER do município de Palmitinho/RS

A EMATER - Assistência Técnica e Extensão Rural, assim como os Sindicatos de Trabalhadores Rurais dos pequenos municípios, funcionam como importante entidade no assessoramento das atividades agrícolas. Além de fornecer assistência técnica in loco, a EMATER auxilia o agricultor com orientações necessárias para acessar as políticas públicas e muitas vezes é por meio desse ente que o agricultor familiar toma conhecimento da existência de determinados programas. Diante disso, a acadêmica fez uma visita ao escritório onde coletou informações a partir de conversa com os técnicos, sobre o papel da entidade na busca dos agricultores por políticas públicas voltadas a agricultura familiar no município.

Quanto a forma de como os agricultores familiares buscam o auxílio das políticas públicas junto a Emater, pode-se dizer que todos os dias tem pessoas procurando por ajuda para acessar alguma política pública. No caso Pronaf é o mais procurado. A ATER fornecida de forma gratuita é procurada todo dia. Também são fornecidas DAP (Declaração de Aptidão Pronaf) para os agricultores acessarem outras políticas públicas como o programa de habitação.

A Emater do município afirma ainda que atualmente os agricultores familiares não sentem mais tanta dificuldade no acesso as políticas públicas, pois além das entidades que dão suporte, a informatização trouxe agilidade nos processos, tornou a informação mais acessível ao agricultor. A instituição também salienta que os meios de comunicação divulgam de maneira excelente a existência de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar, desse modo o que cabe a Emater são orientações específicas, pois da existência dos programas o agricultor está ciente.

Além da Emater, os profissionais afirmam que a Secretaria dos Trabalhadores Rurais são grandes divulgadores e auxiliam a sanar as dúvidas dos agricultores com relação às políticas públicas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo inicial desse estudo foi analisar a presença de políticas públicas para agricultura familiar no município de Palmitinho/RS a partir de indicadores. Foram apresentadas as principais políticas públicas desenvolvidas para agricultura familiar no município de Palmitinho/RS. Para ter acesso a essa informação, foi realizado contato com a Secretaria Municipal de Agricultura, com o

Evento: XXIV Jornada de Pesquisa

Sindicato dos Trabalhadores Rurais e com a EMATER do município. Foram identificadas quais políticas públicas são acessadas no município pelos agricultores familiares. Foi verificado quais políticas públicas estão presentes no município e são mais acessadas pelos agricultores. Foram relatadas as políticas disponibilizadas pelo poder público municipal, com detalhamento de como são acessadas. Além disso foram identificadas quais as políticas que são intermediadas pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais e pela EMATER, foram discriminadas as que tem maior procura pelos produtores rurais.

Foram identificadas as organização de maior representatividade quanto a intermediação da políticas públicas. Os agricultores familiares buscam as informações para acessar as políticas e isso traz facilidade ao acesso pois eles vão em busca das políticas com as informações já sabidas.

Diante do exposto, entende-se que se atingiu o objetivo proposto, pois foi salientado a importância da agricultura familiar na economia municipal e ainda foram identificadas as políticas públicas voltadas para agricultura familiar acessadas no município de Palmitinho/RS. Entende-se que esse estudo pode ser ainda aprofundados buscando indicadores quantitativos proporcionando maior visibilidade.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R.; MORELLO, T. F. A democracia na raiz das novas dinâmicas rurais brasileiras. International Conference Dynamics of Rural Transformations in Emerging Economies, April 14-16, 2010, New Delhi, India.

ALMEIDA, F. O bom negócio da sustentabilidade. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

BAPTISTA, F. O. Agriculturas e territórios. Oeiras, Portugal: Celta, 2001.

DEMO, Pedro. Metodologia científica em ciências sociais. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1995

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE). Resolução nº 32 de 10 de agosto de 2006. Estabelece normas para execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. Brasília, 2006.

GEHLEN, Ivaldo. Políticas públicas e desenvolvimento social rural. São Paulo em Perspectiva. Vol.18 nº 2. São Paulo, Abr./Jun. 2004.

GOLDENBERG, M. A arte de pesquisar. Rio de Janeiro: Record, 1997.

GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio. Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2015.

MARTINS, Rosilda Baron. Metodologia científica: Como tornar mais agradável a elaboração de trabalhos acadêmicos. Curitiba: Juruá Editora, 2004

Bioeconomia:
DIVERSIDADE E RIQUEZA PARA O
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

SALÃO DO UNIJUI 2019
CONHECIMENTO

21 a 24 de outubro de 2019

XXVII Seminário de Iniciação Científica
XXIV Jornada de Pesquisa
XX Jornada de Extensão
IX Seminário de Inovação e Tecnologia

Evento: XXIV Jornada de Pesquisa

RUA, Maria da G. Políticas públicas. Florianópolis: CAPES/UAB, 2009.

SECCHI, L. Políticas Públicas: Conceitos, esquemas, casos práticos. 2 ed. São Paulo: Cengage Learning. 2013.

SOUZA, C. Política Públicas: uma revisão da literatura. Sociologias. Porto Alegre, n.16, p.20-45, jun/dez. 2006.